

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúcia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Cláudia Maria Costa Gomes

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba

Maria da Conceição da Silva Cruz

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba

Ana Karoline Nogueira de Souza

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba

Ana Manoela da Silva Lima

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada: *O Neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas do combate à pobreza na Era Lula*, se inscreve na discussão mais geral sobre o desenvolvimento econômico e sua relação com estratégias de combate à pobreza na dinâmica capitalista contemporâneo, com foco nas considerações políticas em favor de um certo programa de contrarreforma do Estado brasileiro na última década. O objetivo da pesquisa foi analisar, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. A pesquisa, de caráter qualitativa, se fundamentou através do uso de

pesquisa bibliográfica e documental com base em dados secundários. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível inferir que tais programas foram a principal estratégia utilizada pelos governos neodesenvolvimentistas para combater a pobreza no país e estes foram particularmente ampliados no Brasil durante a administração dos governos do PT.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; economia política; capitalismo brasileiro

ABSTRACT: This article presents the results of the research entitled *The Brazilian Neodevelopment and the program of reforms of the fight against poverty in the Lula period*, which is part of the more general discussion about economic development and its relation with strategies to combat poverty in contemporary capitalist dynamics, focusing on political considerations in favor of a program of counterreformation of the Brazilian state in the last decade. The objective of the research was to analyze, in particular, the period designated as the Lula era (2003-2016), in which the country showed an increasing improvement in social and economic indicators. Qualitative research was based on the use of bibliographic and documentary research based on secondary data. From the results of the research, it was possible to infer that such programs were the main strategy used by the neodevelopmental

governments to fight poverty in the country and these were particularly amplified in Brazil during the administration of the PT governments.

KEYWORDS: State; political economy; Brazilian capitalism

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisas financiadas pelo CNPQ e seus respectivos planos de trabalho de Iniciação Científica, cujo objetivo foi analisar as estratégias neodesenvolvimentistas no combate à pobreza no Brasil, particularmente no período designado como a era Lula (2013-2016), em que o país apresentava melhoria crescente nos índices sociais e econômicos. Esses estudos estão vinculados ao Projeto de pesquisa (CNPq/MCT/UNIVERSAL, n.14/2014), intitulado: *O Neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula*, desenvolvido entre 2014 e 2017.

Trata-se de um esforço de investigar as determinações que evidenciam o cenário contemporâneo em seus mais diversos aspectos, considerando o avanço da crise, marcado pela mundialização do capital (CHESNAIS, 1999) e acumulação periférica, nos marcos da economia dependente do capitalismo brasileiro e latino-americano.

Nesse sentido, as aproximações sucessivas ao tema nos levaram a apreender as contradições, que se apresentaram nas relações entre o Estado, as frações de classe do bloco no poder e o governo Lula-Dilma, numa perspectiva de confrontar elementos da economia política nacional com os interesses hegemônicos das frações de classe em presença.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa insere-se na discussão mais geral sobre desenvolvimento econômico e sua relação com as estratégias de combate a pobreza na dinâmica capitalista contemporânea, o que significa dizer que a análise da totalidade social, nas suas diversas manifestações é pressuposto da investigação. Para isso, tomamos como ponto de partida, o caráter histórico do fenômeno estudado (TRIVIÑOS, 1987), à luz da concepção crítico-dialética.

Fundada na crítica da economia política, esta pesquisa, de caráter quali-quantativa, através da utilização da pesquisa bibliográfica e documental e com suporte em dados secundários e indicadores sociais, possui como objeto de estudo o neodesenvolvimentismo na Era Lula (2003-2016), atentando para as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil nesse lapso temporal.

Na pesquisa, verificamos que o neodesenvolvimentismo é a expressão usada para designar o período brasileiro do último decênio, sob os governos do PT, os quais buscaram conciliar industrialização, modernização e aumento de investimentos em políticas econômicas com equidade social. Uma versão mais controlada do neoliberalismo, que durante os mandatos de Lula-Dilma, se expressou por meio de mudanças no modo de regulação econômica, assegurando juridicamente os novos processos do aparato estatal e privado, sem o risco de desestabilização política

(SAMPAIO Jr., 2012).

A propósito, pesquisas do IBGE (2014) revelaram que houve no Brasil um crescimento de 4,1% do consumo das famílias em todas as classes sociais, notadamente aquelas de baixa renda, forjadas através da valorização do salário mínimo, dos incentivos com os programas de transferência de renda e uma conjuntura favorável ao rendimento do trabalho, com ganhos salariais.

Dos resultados da pesquisa, foi possível inferir que tais programas, foram a principal estratégia utilizada pelos governos neodesenvolvimentistas para combater a pobreza na região, e estes foram, particularmente, ampliados no Brasil durante a gestão dos governos do PT. Todos os registros do período indicam uma forte característica destes programas na melhoria dos índices sociais, medidores da pobreza.

Ao longo da nossa pesquisa, realizamos uma análise para além dos números apresentados nas estatísticas oficiais, o que nos levou a compreender que os programas de transferência de renda, tem como base o consumo e não a garantia de direitos, permitindo aos usuários acessarem de maneira lateral o mercado de trabalho, reproduzindo a condição dos trabalhadores pobres, em particular o subproletariado, beneficiados dos referidos programas.

No centro da reflexão esteve suposto o argumento de que o modelo de desenvolvimento no Brasil, nos marcos dos governos Lula-Dilma, promoveu uma inflexão do modelo neoliberal com impactos no âmbito da reprodução da pobreza.

2 | A POBREZA E A DESIGUALDADE INTEGRADAS AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL NA ERA LULA

As pesquisas demonstraram que em face do ajuste neoliberal, a pobreza tem ganhado um destaque extraordinário. Nossa avaliação é de que a focalização na pobreza é apenas uma forma de minimizar as questões mais agravantes. É notório que o Brasil é um país imensamente rico, no entanto sua riqueza é altamente concentrada nas mãos de uma minoria, de acordo com dados do Censo do IBGE (2010), 10% mais ricos ficaram com 44,5% do total dos rendimentos, enquanto que os 10% mais pobres ganhavam apenas 1,1% do total de rendimentos.

Dentre os mecanismos usados pelo capital, no que diz respeito a políticas sociais, dentro do neodesenvolvimentismo, estão os Programas de Transferência de Renda, que têm sido aplicados na maior parte dos países latino-americanos. Em cada país o programa se apresenta com configurações diferentes, contudo partilham o mesmo objetivo: reduzir os índices de pobreza e miséria nos respectivos países. Nesse sentido,

A “gestão estratégica da pobreza”, que supõe o fortalecimento da capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza como sujeitos desse processo, aposta no crescimento individual e na melhoria das condições de acesso à produção (incentivo à geração de renda), ao microcrédito e, conseqüentemente, à mobilidade social (por seus próprios esforços pessoais). Isso significa, sob essa concepção de política social, possibilitar a conquista da cidadania para a parcela mais “vulnerável”

da população, conferindo aos pobres uma possibilidade de inserção precária, pois como não é possível construir saídas de integração estrutural via trabalho regular em função do padrão de desenvolvimento global excludente, propõe-se essa forma de acomodação (MAURIEL, 2010, p 177).

É perceptível que a agenda governamental adotada nos últimos anos procurou através da concessão de renda direta aos trabalhadores a solução para a problemática da diminuição da pobreza e da desigualdade no Brasil. Apesar dos aspectos que apontam que houve numericamente, a redução dos índices de pobreza é necessário esclarecer algumas ressalvas sobre a temática: Em primeiro lugar, a constituição das análises sobre pobreza e desigualdade e os indicadores sociais que tem como proposta a mensuração dessas duas categorias. Algumas pesquisas salientam diversos caminhos de análise do fenômeno da pobreza, desde as que a concebem enquanto natural e inevitável até aqueles, com a visão crítica de analisá-la a partir da contradição inerente a sua constituição.

Logo, a construção de cada um dos indicadores sociais para a sua mensuração, tem como plano de fundo uma vertente sobre como se conceber a pobreza. Contudo, desde um ponto de vista teórico-metodológico pautado em nossas pesquisas, entendemos que a análise real do fenômeno da pobreza e da desigualdade e riqueza, são gestadas nas mesmas bases. Para isso, é necessário que se tenha um debate via categorias da contradição entre a pobreza e acumulação, correndo o risco de desenvolver análises equivocadas ao deixar de lado essa contradição.

Nesse sentido, entendemos por indicadores sociais,

[...] Uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANUZZI, 2002, p.02)

Dessa forma, os indicadores apontam alguns limites, uma vez que além de não apresentarem a mensuração exata da quantidade de pessoas e famílias naquilo a que se pretende revelar, são de fácil manipulação e pode resultar no mascaramento da realidade. O mesmo acontece com os indicadores de auferimento da pobreza e da desigualdade. Em sua maioria, são reduzidos a uma análise pautada na renda da classe trabalhadora, sem ao menos conceber sua relação com a renda dos mais ricos e o processo de acumulação. Todavia, entendemos que os indicadores pautados na renda mensal são importantes no sentido de permitir uma comparação entre as regiões de uma mesma nação e ainda entre os diferentes países; mas ainda assim são limitados.

Siqueira (2013, p. 194) destaca que “[...] os indicadores de pobreza e indigência não consideram as causas da pobreza, nem a relação pobreza-acumulação, apenas descrevem seu estado”. Destacamos, ainda, outro limite encontrado nesses indicadores, por não conceberem dados sobre a pobreza relativa, uma vez que esta

permite conhecer a real situação da população trabalhadora, comparando-a com a riqueza dos mais ricos.

Muitos países, inclusive o Brasil, adotam as orientações do Banco Mundial que estabelece o valor de até 1,90 US\$/dia para identificar o contingente de pessoas pobres, no qual as que se apresentam abaixo desse valor são considerados como extremamente pobres.

Assim, pesquisas evidenciam que os especialistas chegam a um consenso a respeito da mensuração da pobreza, considerando-a através da capacidade de consumo privado e das condições de acesso a serviços.

Não podemos deixar de salientar que há outros indicadores que tem como proposta a definição dos níveis de pobreza, que apesar de considerarem os demais índices tem como plano de fundo o acesso à renda. Destacamos como um dos principais indicadores, o que pauta os índices de consumo. Nele a pobreza é concebida a partir da quantidade de produtos que os indivíduos conseguem obter no mercado. Siqueira enfatiza um limite para esse tipo de indicador, qual seja:

[...] a pobreza não pode ser identificada pelo aumento de compra e venda de produtos e serviços, visto que não necessariamente o indivíduo utiliza recursos próprios para adquirir bens, podendo ser por via de empréstimos ou obséquios familiares, por créditos, ou por compras parceladas, ou até por serviços fornecidos ou bens transferidos pelo Estado (SIQUEIRA, 2013, p.195).

Consideremos, ainda, a análise da pobreza estabelecida pelo salário mínimo, adotado pelos Programas de Transferência de Renda direta. Neste indicador, são considerados pobres aqueles que possuem $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e extremamente pobre os que possuem renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo mensal.

Avaliamos por fim, que o repasse direto de um valor monetário, mesmo que se apresente como o mais próximo de garantir algumas melhorias nas condições de vida dos indivíduos e famílias se constitui insuficiente, além de “[...] possuir grande eficácia ideológica, pois consegue deixar difusas as origens da riqueza e se tornam poderoso obstáculo a alianças políticas e movimentos sociais que se posicionem contra a forma dominante de apropriação da riqueza” (MAURIEL, 2013, p, 182).

Portanto, a análise estatística da pobreza e da desigualdade é importante, mas não implica que esteja voltada para a busca da eliminação destas problemáticas. Senão vejamos:

Na era Lula, apesar de o Estado realizar um estímulo ao crescimento econômico, não houve uma redução na taxa do desemprego, uma vez que vem expressando altos índices nos últimos anos, o que não era observado quando o PT ascendeu ao Estado em 2003. A queda na taxa de desemprego foi muito positiva pelo fato de ter ocorrido através da ampliação do emprego formal, e ter havido a redução da informalidade no país, garantindo a esses trabalhadores e suas famílias o acesso a proteção social, tanto aos direitos previdenciários quanto aos direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, licenças e FGTS (BALTAR et al., 2010).

Conforme dados do IBGE (2016), em 2002, cerca de 10,5 milhões de pessoas estavam desocupadas, desde então esses números foram caindo chegando a 4,3 milhões em 2014, mas em 2015 esse número voltou a subir, atingindo cerca de 8,2 milhões em 2016, representando 8,2% da população economicamente ativa.

Também é importante frisar que a mensuração da Taxa de Desocupação é demonstrada a partir do percentual de pessoas que estão desocupadas na semana de referência em relação à População Economicamente Ativa (PEA) nessa semana. Dessa forma, a mensuração do desemprego realizada pelo IBGE, mais mascara que evidencia os níveis de desemprego no país, tendo em vista que só considera como desocupado o trabalhador que está procurando emprego no mês de realização da pesquisa.

Já a população ocupada, são aquelas que desenvolvem trabalho, remunerado ou sem remuneração, na semana de referência da pesquisa, durante pelo menos uma hora completa. Assim, o IBGE acaba estimando apenas o desemprego aberto, camuflando várias realidades de trabalhos extremamente precários como é o caso do trabalho por conta própria, dos trabalhadores sem remuneração, do subemprego, que está, na maioria das vezes, sem nenhuma proteção social, além dos trabalhadores desempregados que não estão, no momento, a procura de outro emprego, até pela dificuldade encontrada no mercado de trabalho.

Portanto, as pessoas que trabalharam, pelo menos uma hora na semana, são consideradas ocupadas. Essa medição se refere apenas a quantidade, pois não evidencia a qualidade das ocupações nas quais estão inseridas, o que nos faz considerar que nem sempre a queda na taxa de desocupação representa um dado positivo para os trabalhadores com a geração de trabalho formal, mas pode esconder sub-ocupações.

Outrossim, o ritmo de crescimento da economia na Era Lula, foi essencial para a recuperação dos rendimentos dos trabalhadores, tendo em vista que o nível de desemprego se encontrava em baixa e assim os trabalhadores tinham maior poder de negociação, valorizando o salário mínimo.

Esse crescimento esteve ligado ao desenvolvimento econômico e a ampliação dos investimentos em todas as políticas sociais (educação, saúde, assistência social). O aumento da renda das famílias brasileiras levou ao mito de que estava surgindo uma nova classe média no país, quando na verdade a classe trabalhadora passou a ter acesso a novas bases de consumo da qual sempre esteve excluída (POCHMANN, 2014).

Dessa forma, é válido destacar, que no período do neodesenvolvimentismo as melhorias proporcionadas não se constituíram em avanços, do ponto de vista dos direitos. Assim, pode-se dizer que a influência do Estado regulador no neodesenvolvimentismo durante a última década, possibilitou o aumento do consumo como consequência do estímulo causado por meio do acesso ao crédito e dos Programas de Transferência de Renda. Em outros termos,

O neodesenvolvimentismo não é a restauração da social-democracia clássica comprometido com um projeto civilizatório. O novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil busca apenas construir um novo patamar de acumulação de capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública (ALVES, 2014, p. 136).

Contudo, o que ocorreu, no chamado neodesenvolvimentismo, foi uma intervenção mínima nas expressões da “Questão Social”. A saída para o trato dessas expressões foram os Programas de Transferência de Renda, que não distribuem riqueza, apenas a renda e, conseqüentemente, não altera a acumulação do capital. Nesse sentido, propõe alterações dentro da ordem capitalista sem interferir na sua acumulação.

Pelo exposto, como mostram os dados de fontes oficiais, o crescimento da renda, não foi acompanhado de uma redistribuição, uma vez que, esse caráter redistributivo não é possível de ser alcançado apenas com o referido crescimento. Ademais, a tendência dos últimos anos tem sido um aumento na concentração de renda entre uma minoria rica e a maioria pobre participa minimamente da economia nacional. Conforme aponta Mélo,

Além disso, a nova classe trabalhadora foi colocada num patamar de consumo nunca antes visto com a formalização dos postos de trabalho e o acesso a bens de consumo duráveis como casas, carros e eletrônicos modernos, na contramão de ainda vivenciarem a exploração no campo do trabalho e dividir o espaço das suas pequenas “conquistas” com desigualdades históricas que não diminuem, pelo contrário, são cada vez mais expressivas (MÉLO, 2016, p. 104).

Com o referido modelo de desenvolvimento, observou-se que a disparidade entre as classes foi conservada e por vezes aprofundada, o que demonstra concordância com a atual divisão de classes. Dessa forma, o governo possuiu o apoio das duas classes antagônicas, pois ao mesmo tempo em que atendeu parte das necessidades reivindicadas, permitiu a despolitização das massas populares, preservando a ordem e garantindo a segurança para o desenvolvimento do capital e para os investimentos internacionais.

3 | COMPARATIVOS ENTRE A RENDA DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS NO BRASIL

Partimos da afirmação de que grande parte das análises relativas à pobreza e a desigualdade no Brasil não se constituem enquanto efetivas, por apresentarem apenas dados relativos à pobreza absoluta das classes subalternas, sem a relação com a acumulação dos mais ricos.

Assim, pretendemos aqui expor os dados que permitam essa comparação, a fim de obter uma melhor visualização dessa relação intrínseca das duas categorias aqui apresentadas. Consideramos inicialmente que,

Os níveis de desigualdade de renda em uma sociedade afetam e são afetados por várias dimensões das políticas públicas. Por um lado, a desigualdade de renda está relacionada aos níveis de educação, saúde, nutrição, mortalidade, violência e várias outras características da sociedade, determinando e sendo determinada por elas. Por outro, que é a fonte de recursos para praticamente todas as políticas públicas (MEDEIROS, SOUZA & CASTRO, 2015, p. 972).

Nesse sentido, no Brasil, grande parte da concentração de renda se apresenta entre os mais ricos, os quais estão no topo da distribuição. A partir dos estudos de Medeiros (2015), identifica-se a renda dos ricos e mais ricos, considerados por eles como do 0,1%, 1% e 5% mais rico, a partir dos resultados da interpolação para os anos de 2006 a 2012.

Renda Mínima e Renda Média dos 0,1%, 1%, 5% mais Ricos e Renda Média Total (R\$ milhares correntes, anuais) (Brasil, 2006-2012)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
0,1% mais rico							
Mínima	452,7	508,9	630,9	645,3	732,5	843,2	871,7
Média	1.185,0	1.458,6	1.804,1	1.736,9	1.960,5	2.402,6	2.373,5
1% mais rico							
Mínima	109,1	113,6	141,2	151,8	168,7	189,2	203,1
Média	285,6	325,7	403,6	408,6	464,5	539,1	552,9
5% mais ricos							
Mínima	30,5	31,5	38,6	41,9	46,7	52,1	57,6
Média	103,5	111,8	140,3	146,2	164,6	188,3	197,7
Média: Brasil	12,2	13,5	15,1	15,8	18,1	19,6	20,4

Fonte: Renda dos estratos – interpolação a partir dos dados da DIRPF 2006 a 2012; População – IBGE, projeções de população; Renda das famílias – estimada a partir das Contas Nacionais do IBGE.

Tabela 1 – Renda mínima e renda média dos mais ricos e renda média total

Fonte: DIRPF, 2006, apud, Medeiros, 2015.

Os dados acima demonstram, além da interpolação entre distintos indicadores dos extratos mais ricos da sociedade, uma média entre eles, conforme cada ano verificado, traduzidos em milhares de reais. Podemos observar ainda, que há uma crescente concentração de renda desses extratos: para o 0,1% mais ricos, o maior índice para a renda média foi no ano de 2011 com o R\$ 2.402,6 mil, sendo a média mais baixa o ano de 2006 com R\$ 1.185,0 mil; para o 1% mais ricos o rendimento mínimo encontra o menor índice no ano de 2006 e a maior mínima no ano de 2012 com R\$ 203,1 mil; no tocante aos 5% mais ricos a taxa de renda mínima encontra seu menor no ano de 2006 com R\$ 30,5 mil e a maior da renda mínima em 2012 com R\$ 197,7mil. Sobre a média entre os três setores, percebe-se uma progressão quanto à quantia monetária, com ascensão de R\$ 8,2 mil entre os anos de 2006 e 2012 (LIMA, 2017).

Utilizamos na pesquisa, os principais indicadores de renda utilizados no país, demonstrando alguns dados, que partem de pesquisas baseadas nessas amostragens,

os quais indicam a que nível se encontra a concentração de riqueza no Brasil, com distinção entre a renda dos mais ricos e a renda dos mais pobres. De acordo com os estudos realizados no volume II do documento: *Por um Brasil Justo e Democrático* (2015), devido ao crescimento econômico propagado nos últimos anos, combinado às políticas de valorização do poder aquisitivo da classe média, permitiu o Brasil, no ano de 2009, atingir seu menor nível de desigualdade de renda, medido pelo índice de Gini desde 1960, com 0,495. Quando utilizada como parâmetro para medição do Coeficiente do Brasil com os outros países, o documento aponta que “[...] na década passada saímos da 3ª para a 15ª pior posição global. Ainda estamos distantes de países mais igualitários, onde o índice de Gini é inferior a 0,40” (BRASIL JUSTO .2015, p. 17).

Também na avaliação de Medeiros,

A apropriação do crescimento da renda no período entre 2006 e 2009 foi muito desigual. A maior parte do aumento da renda ficou nas mãos de uma pequena fração da população. Isso ocorre devido à extrema concentração da renda no país. À metade mais pobre da população coube apenas 12% de todo o resultado do crescimento de 2006 a 2012. Por diferença é possível ver ainda que aos 5% mais ricos coube metade do crescimento total e que o 1% se apropriou de 28% do crescimento, ou seja, cada pessoa da pequena elite formada pelo 1% mais rico da população apropriou-se de uma fração 117 vezes maior do crescimento da renda que as pessoas na metade mais pobre do país (2015, p. 978).

São dados, portanto, que nos permitem delimitar as afirmações sobre a falsa ilusão de alguns estudos, os quais afirmam que a pobreza ocorre prioritariamente com o acesso a renda. O que verifica é que a desigualdade no Brasil é muito alta e estável. O 1% mais rico da população adulta concentramais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos, detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha, que um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta (MEDEIROS et all, 2015).

Para reforçar a percepção de que nada de extraordinário aconteceu no Brasil neste início do século XXI, basta constatar que nossa posição relativa no mundo quase não mudou. O aumento dos gastos sociais e a queda na desigualdade, medida por pesquisas domiciliares, foram fenômenos generalizados na América Latina, graças à conjuntura internacional favorável aos países produtores de *commodities*, o que afrouxou as restrições nas contas externas e permitiu a ampliação das despesas públicas. O que nos permite dizer que os esforços em reduzir a pobreza e a indigência na região têm surtido efeito, muito embora os números permaneçam altíssimos.

3.1 As estratégias de combate à pobreza no brasil na era Lula

A sensação generalizada de que a distribuição de renda teve um salto de qualidade nos governos do PT nasce de três fatores: a) a maior formalização nas relações de trabalho, com os assalariados com carteira passando de 40% para 52% da população economicamente ativa; a carteira assinada traz consigo uma série de

benefícios e o reconhecimento oficial de uma renda; b) a expansão do crédito, que também é potencializado pela carteira assinada e aumenta enormemente o poder de compra no curto prazo; c) a apreciação do real diante do dólar.

Siqueira (2013) afirma que para uma intervenção estatal ou institucional eficaz voltada para esse enfrentamento seria necessário algumas medidas que impactassem a acumulação de riqueza e de capital, pois quando isso não ocorre, o que se tem, são medidas paliativas para a amenização desta condição, que só funcionarão temporariamente e acabarão por reproduzir a própria pobreza. Assim os programas auferidos, não se constituem como medidas efetivas de erradicação da pobreza, pois não estão aptos a provocar transformações no processo de reprodução da riqueza produzida e expropriada.

O relatório do MDS, *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2013*, destaca que houve uma redução na extrema pobreza nos governos do PT, pois 14,0% da população em 2001 possuía uma renda per capita até US\$ 1,25/dia, enquanto em 2012, apenas 3,5% da população estava nessa situação, em relação ao ano de 2001. Dados estes, conforme a linha internacional de extrema pobreza utilizada para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os indicadores que medem a riqueza e pobreza no Brasil em duas décadas expressam o fosso da desigualdade no país. E apesar de ter-se registrado na era Lula um crescimento econômico seguido de uma redução na pobreza e na extrema pobreza, no Brasil estes índices ainda são altos.

Como se sabe, no Brasil, o programa Bolsa Família se tornou o maior programa de transferência de renda e de combate à pobreza no país e na América Latina. Instituído especialmente, partir do ano de 2003, no Governo do Presidente Lula, com a proposta de unificação dos programas de renda municipais, estaduais e do governo federal, estruturou o Bolsa Família em três eixos principais: a) o eixo de complemento de renda, em que é feito um repasse monetário mensal as famílias beneficiárias vindo diretamente do governo federal a fim de garantir o alívio imediato da pobreza; b) o de acesso a direitos, uma vez que o programa institui algumas condicionalidades a serem cumpridas; c) o eixo de articulação com outras ações, que visa a intersectorialidade do PBF a diversas políticas sociais, com finalidade de promover o desenvolvimento das famílias beneficiárias e sua superação da situação de pobreza e vulnerabilidade social.

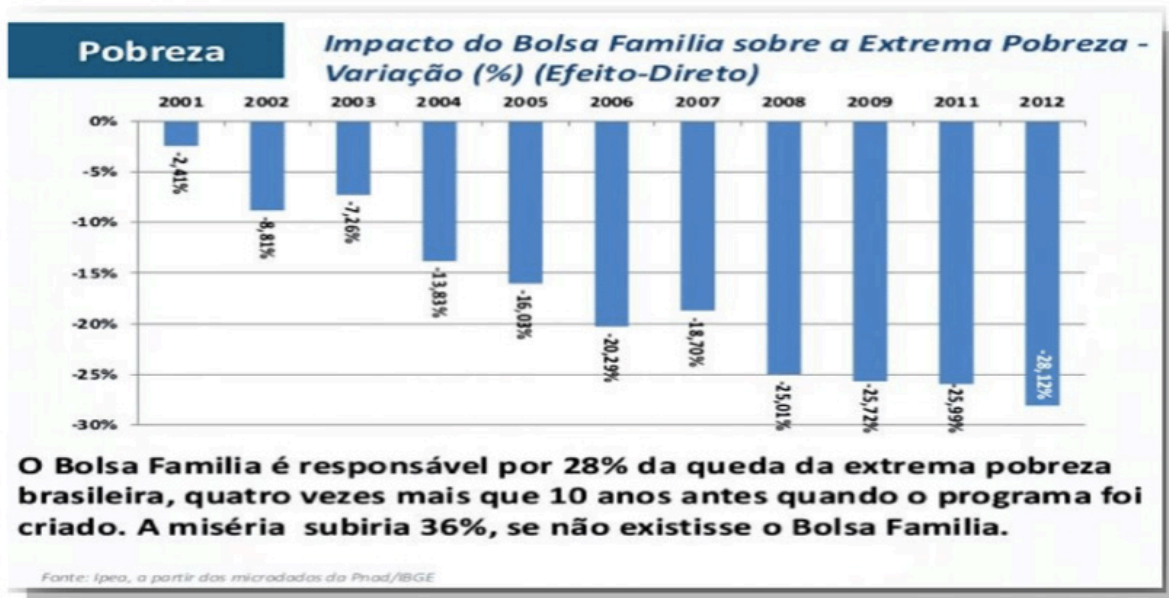


Gráfico 1- Impacto do Bolsa Família sobre a extrema pobreza no Brasil

Fonte: Ipea, 2013.

De acordo com os dados do IPEA (2013), no último decênio no Brasil, registrou-se um grande avanço no combate à pobreza e a desigualdade através dos Programas de Transferência de Renda. “A pobreza reduziu de 24,68%, em 2002, para 8,5%, em 2012, e a extrema pobreza caiu de 9,79% para 3,56% em igual período. O bolsa família foi responsável por 28% na queda da extrema pobreza, como demonstra o gráfico 06 acima.

O Brasil cumpriu e ultrapassou os *Objetivos do Milênio*, referente à meta da redução da pobreza, tanto a meta global de reduzir a extrema pobreza à metade do que existia em 1990, quanto à meta brasileira mais rigorosa de reduzi-la a 1/4. Seguindo essa tendência neodesenvolvimentista, através de um programa de política econômica e social, que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda; o governo de Dilma Rousseff, após detectar os altos índices de extrema pobreza no país, elabora mais um programa governista: *O Brasil Sem Miséria*, que continua a ter o apoio dos organismos internacionais e tem por finalidade acabar com a extrema pobreza até 2015, com vistas a atingir a meta dos objetivos do Milênio definidas pela ONU nos anos 2000 para serem atingidas até 2015.

Associado ao Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), cujo foco de atuação eram os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, foi baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. Infere-se através da pesquisa, que o Plano Brasil sem Miséria reforçou o compromisso dos governos petistas em incentivar/promover o crescimento econômico com políticas de transferência de renda. Dados do MDS (2014) indicam que “[...] mais 2,5 milhões de pessoas superaram a miséria, totalizando 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família que saíram da extrema pobreza, do ponto de vista da renda, desde o começo do Brasil sem Miséria”. Ainda de acordo com o MDS (2014),

só no mês de janeiro de 2013, 13.835.986 famílias, receberam benefícios com valor médio de R\$ 142,44. O valor transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas pelo Bolsa Família alcançou o total de R\$ 1.970.843.426 no mês.

Ao ser avaliado o impacto que o Programa Bolsa Família surte sobre a pobreza, não se pode desconsiderar a sua importância na melhoria do nível de subsistência de milhares de famílias pobres no país. Contudo, pode-se dizer que tal programa constitui-se como uma ação minimalista em face da pobreza e da desigualdade social maximizadas, uma estratégia eficaz e de baixo custo.

Em nossa pesquisa, verificou-se, que a tendência no número de pessoas atendidas pela Bolsa Família foi de um aumento significativo no orçamento do governo Federal. Em 2003 o governo investiu cerca de R\$ 4,3 bilhões sendo atendida uma média de 3,6 milhões de famílias. Em 2004, foram investidos R\$ 5,3 bilhões e 6,5 milhões de famílias atendidas. Em 2005, investiu-se R\$ 6,5 bilhões, beneficiaram-se cerca de 8 milhões de famílias, atingindo 100% dos municípios brasileiros. Em 2006, as cifras atingem a casa de R\$ 8,3 bilhões, e o programa foi universalizado para seu público alvo. Em 2007 foram atendidas quase 11 milhões de pessoas, e em 2008, o orçamento girava em torno de R\$ 10,5 bilhões de reais (SILVA, 2008). A propósito, pesquisas do IBGE (2010) revelam que houve no Brasil um crescimento de 4,1% do consumo das famílias em todas as classes sociais, notadamente aquelas de baixa renda, forjadas através do aumento do salário mínimo nos últimos anos e dos incentivos com os programas de transferência de renda.

A proposta neodesenvolvimentista objetivou, portanto, alterar os índices de pobreza através de medidas compensatórias de redistribuição de renda e políticas sociais focalizadas naquelas populações que se encontram em situação maior de vulnerabilidade (GOMES, 2011). Assim, os programas de transferência de renda se tornaram prioritários quanto aos investimentos sociais, tendo em vista que eles possibilitaram a ampliação do padrão de consumo de um importante segmento da população. Dessa forma, a cidadania nesse período esteve atrelada ao consumo de massas que, somada a outras iniciativas, contribuiu de forma eficaz para o aquecimento da economia.

De maneira geral, pode-se afirmar que os programas de transferência de renda são ainda introduzidos como forma de complementação do quadro de desmantelamento que a seguridade social vem apresentando, pois “[...] não resta dúvida de que esses programas redimensionam o conteúdo e o formato do Sistema de Proteção Social Brasileiro” (SILVA, 2010, p. 221).

Daí, uma das perguntas orientadoras da pesquisa: Seriam essas políticas de recorte social, meios capazes de combater os crescentes níveis de pobreza e desigualdades forjados pelo capitalismo periférico? As políticas de transferência de renda não contradizem e /ou ratificam o subdesenvolvimento e a dependência com o imperialismo do capitalismo mundial? Não seria uma estratégia de produção de consensos entre Estado-sociedade-mercado na resolução dos conflitos inerentes à

relação capital/trabalho?

Neste sentido, pareceu-nos muito revelador, neste momento de tentativa de reversão dos impactos do neoliberalismo na América Latina, analisar os programas de transferência de renda no contexto de um novo desenvolvimentismo na região, até porque dado o caráter metamorfoseado que se revestiu as políticas sociais na conjuntura estudada, mostrou-nos que, sob o ângulo social, estes programas ainda são poucos claros nas análises.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa pesquisa, realizamos uma análise para além dos números apresentados nas estatísticas oficiais, o que nos levou a compreender que os programas de transferência de renda, tem como base o consumo e não a garantia de direitos, permitindo aos usuários acessarem de maneira lateral o mercado de trabalho, reproduzindo a condição dos trabalhadores pobres, em particular o subproletariado, beneficiados dos referidos programas.

No centro da reflexão esteve suposto o argumento de que o modelo de desenvolvimento no Brasil, nos marcos dos governos Lula-Dilma, promoveu uma inflexão do modelo neoliberal com impactos no âmbito da reprodução da pobreza. Outra dimensão que chamou nossa atenção é a desigualdade da renda. Se por um lado os programas de transferência de renda atenuaram em certa medida os índices da pobreza absoluta, por outro, não se observa a desconcentração da renda nacional, visto que o montante de recursos destinados a tais programas se dá intra-classe, isto é, parcela dos impostos e tributos pagos pelos assalariados em geral ao Estado retorna às camadas mais pauperizadas do proletariado (entendidas pela política de assistência social como sujeitos em “vulnerabilidade social”) pela via da transferência de renda.

Assim, no intuito de fornecer subsídios para uma reflexão crítica e apresentar dados e argumentos que desvendasse o modelo de regulação neodesenvolvimentista, exibimos os principais elementos de composição do capitalismo e do Estado brasileiro em seu processo de contrarreformas na contemporaneidade. Para alcançar nosso objetivo central, realizamos uma interlocução com as análises mais recentes sobre o significado progressivo, ou não, da Era Lula e suas políticas de pobreza e desigualdade numa perspectiva de confrontar elementos de curta, média e longa duração. Como vimos, esse debate suscitou inúmeras interpretações do período, que consequentemente não são isentas das posições políticas que se toma, principalmente por se tratar de um movimento ardido e em pleno desenvolvimento.

O presente artigo, procurou, por fim, expor a trajetória dos esforços de investigação depreendidos nas pesquisas de Iniciação Científica, incorporadas ao Projeto Universal, nos últimos três anos (2014-2017), tanto no que se refere aos procedimentos teórico-metodológicos, quanto aos resultados obtidos. Apresentamos o projeto de pesquisa e

esclarecemos o objeto sobre o qual incide a investigação, as questões motivadoras do estudo, os procedimentos adotados, as referências teóricas assumidas e os objetivos e metas alcançados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Entre o nacional e o neodesenvolvimentismo**: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. IN: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 112, out/dez. 2012. p: 689-710

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade et al. **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. [S.n.]: Global Labour University Working Papers, Maio 2010. (Paper, 09). Disponível em: <http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: 1990. Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org/external.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Agosto 2006a. ISBN: 987-1183-56-9

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **O Brasil sem Miséria**. 2014. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf> Acesso em: 12 de mai. 2016.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 de mar. 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília, 2013. <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/pdf/Indicadores%20de%20Desenvolvimento%20Brasileiro-final.pdf>>. Acesso em: 18 de abr. 2016.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **As Transformações no Sistema Monetário Internacional**². Ipea, 2013. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/identem/624/As%20Transforma%C3%A7%C3%B5es%20no%20Sistema%20Monet%C3%A1rio%20Internacional%20-%20Cintra%20et%20alli%20-%202013.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 de set. 2017.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS). **Plano Brasil sem Miséria, jun. 2011 a jun. 2014**. Disponível em: <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/caderno_resultados_3_anos_plano_brasil_sem_miseria_portugues_semlogo.pdf>. Acesso em 18 de abril. 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Panorama Social de América Latina/CEPAL (2004)**. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1221/S0480609_es.pdf?sequen e=1&isAllowed=>>. Acesso em 02 de fev. de 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Panorama Social de América Latina, 2014**. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37706>. Acesso em: 30 de mai. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Notas de la Cepal: Panorama Social de América Latina (2002-2003)**. Nº 31. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36439/NOTAS31_es.pdf?sequence=1>. Acesso em 01 de fev. de 2015.

CRUZ, Maria da Conceição da Silva. **Política de Assistência, Bolsa Família e combate a pobreza no Brasil**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Federal da Paraíba, 2015 p. 1-29.

GOMES, Cláudia M. Costa O neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula. **Projeto de Pesquisa**. CNPq/MCT/UNIVERSAL 14/2014. UFPB/João Pessoa.

_____. Cláudia M. Costa Um balanço crítico das teses centrais do novo desenvolvimentismo no Brasil. **Projeto de Iniciação Científica**. UFPB/CNPQ. João Pessoa, 2015. 13 p.

_____, Cláudia M. Costa, SOUZA, Ana Karoline Nogueira de e LIMA, Ana Manoela da Silva. **A reprodução da pobreza e da desigualdade no Brasil contemporâneo**. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social; v. 1, n. 1 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out/dez. 2012.

_____, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão do atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

JANUZZI, M. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2002. p.53-71.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1989.

LIMA, Ana Manoela da Silva. **O fetichismo da renda enquanto critério para auferir a pobreza e a desigualdade no Brasil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1983.

_____, **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Vol.1, 20. ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In.: **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/04.pdf>>. Acesso em: 15/07/2013.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de e CASTRO, Fábio Ávila. **O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com**

pesquisas domiciliares (2006-20212). Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol 58, nº 1, 2015, pp. 7 a 36.

_____, Marcelo; BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. **Transferência de renda no Brasil**. Novos Estudos, 79, novembro de 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>>. Acesso em fev. de 2017.

MÉLO, Jéssica Maria de Souza. **Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil**: perda de hegemonia dos governos Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho. Dissertação. João Pessoa – UFPB, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em: 09 de fev. 2016.

Plataforma política social: Caminhos para o Desenvolvimento. Por um Brasil Justo e Democrático: **O Brasil que queremos, subsídios para um projeto de Desenvolvimento Nacional**. Vol II, 2015. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/wpcontent/uploads/2015/09/porumbrasiljustoedemocratico-vol-02.pdf>>. Acesso em 15 de fev. de 2016.

POCHMANN, Marcio. **O Mito da Grande Classe Média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. **A política social brasileira no séc. XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo, Cortez, 2008.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Relatório destrincha desigualdade social no Brasil**. 27 de out. 2017. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9065>>. Acesso em: 16 de nov. 2017.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. **O Transformismo à Brasileira** – a hegemonia lulista em presença. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SOUZA, A. K. N.; GOMES, Cláudia Maria Costa. **O Transformismo à Brasileira**: a Hegemonia Lulista em Presença. In: Colóquio Internacional Antonio Gramsci, 2017, Campinas- SP. Colóquio Internacional Antonio Gramsci, 2017. p. 1-9.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480